

“A aristocracia do sebo”

Riqueza, prestígio social e estilo de vida entre os charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, 1850-1890)

Dr. Jonas Vargas

Resumo: O presente artigo analisa os charqueadores de Pelotas dando ênfase a um grupo de famílias que, no interior do grupo, destacava-se por apresentar as maiores riquezas da época. Tais famílias, além de constituírem-se na elite econômica da região, também reuniam em suas mãos um grande número de títulos de nobreza, diplomas de curso superior e altos cargos políticos, demonstrando que a riqueza era acompanhada por um notável prestígio social. O artigo ainda busca demonstrar que tal elite desfrutava de um estilo de vida diferenciado, fator que combinava-se com uma política matrimonial com fins a estabelecer alianças com outras importantes famílias, contribuindo para a reprodução social de sua posição superior na hierarquia social.

Palavras-chave: Elites – Política imperial – Nobreza – Família - Brasil

Introdução

O surgimento da cidade de Pelotas, ainda no início do século XIX, esteve intimamente ligado ao desenvolvimento das charqueadas escravistas que ocupavam a área mais rural do município, localizado no litoral sul da capitania do Rio Grande de São Pedro. Como é sabido, Pelotas tornou-se a principal produtora de charque do Império do Brasil, remetendo a mercadoria não apenas para as *plantations* brasileiras e suas cidades litorâneas, como também, em menor escala, para Cuba, Portugal e os Estados Unidos. O charque, os couros, o sebo e a graxa, produtos igualmente produzidos nas charqueadas, eram responsáveis por mais de $\frac{3}{4}$ das exportações da província, movimentando a economia regional e garantindo a contínua demanda pelo gado bovino criado nas estâncias que pontilhavam toda a fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. Como resultado de tal desenvolvimento econômico, Pelotas tornou-se a principal cidade da região sul da Província, vivendo o seu auge entre as décadas de 1860 e 1880, quando rivalizou com Porto Alegre em seus aspectos econômicos, políticos e culturais, e tornou-se palco de uma elite bastante rica e influente (VARGAS, 2013).

No ano de 1868, quando o Conde D’Eu visitou a cidade, Pelotas vivia exatamente essa época de auge e as exportações de charque atingiam o seu ápice. Na ocasião, ele deixou registrado:

Pelotas aparece aos olhos encantados do viajante como uma bela e próspera cidade. As suas ruas largas e bem alinhadas, as carruagens que as percorrem (fenômeno único na província), sobretudo os seus edifícios, quase todos de mais de um andar, com as suas elegantes fachadas, dão idéia de uma população opulenta. De fato, é Pelotas a cidade predileta do que chamarei a aristocracia rio-grandense, se é que se pode empregar a palavra aristocracia falando-se de um país do novo continente (D’EU, 1981, p. 135).

A reflexão do Conde D’Eu era certa. Conhecedor da aristocracia europeia, ele sabia que o termo não era muito adequado ao Brasil do final da monarquia. No entanto, o estilo de vida das famílias pelotenses que ele conheceu, a sua riqueza se comparada ao restante da população da cidade, o poder político que aquela minoria exercia sobre a mesma e o *status* social de que gozavam, lembravam, em alguns aspectos, as tradicionais famílias da elite do velho mundo. E aqui está um traço marcante entre as elites da época. Elas possuíam a capacidade de reconhecerem suas equivalentes em outras sociedades, compreenderem os signos de distinção e as hierarquias de poder que as cercavam. Neste sentido, os senhores de engenho baianos e pernambucanos estariam para a sociedade açucareira do nordeste assim como os cafeicultores paulistas e fluminenses estavam para os habitantes do Vale do Paraíba no sudeste e os charqueadores pelotenses para a sociedade sul-rio-grandense.

Portanto, o Conde D’Eu, um membro da família real e genro do Imperador, era capaz de reconhecer as *aristocracias* da terra de acordo com a sua visão de mundo e seus parâmetros europeus e cortesãos. Uma análise dos periódicos pelotenses da época e do relato de contemporâneos indica que o Conde D’Eu não estava se equivocando em sua observação, pois os charqueadores, juntamente com outras famílias de grandes proprietários e ricos comerciantes, viam a si próprios como uma espécie de aristocracia e a sociedade pelotense assim os tratava, utilizando-se inclusive do termo. Na cobertura de um baile em Pelotas nos anos 1850, por exemplo, podia-se ler num dos jornais locais: “250 senhoras, entre as quais, sobressaía avultado número das peregrinas belezas de Pelotas, aumentavam o brilho e a magnificência da casa” e “a aristocracia da terra era representada por muitos dos seus mais respeitáveis ornamentos, e era sem conta a porção de cavalheiros que atonetava todos os espaços do edifício”.¹ Num outro grande baile, em 1885, os jornais diziam que o mesmo havia sido frequentado “desde a alta nobreza até o simples burguês”.² No início do século XX, o advogado Fernando Osório, genro de charqueadores, definiu a filha de um rico charqueador como “uma das mais notáveis figuras da sociedade aristocrática pelotense” (OSÓRIO, 1997, p. 123). Tais distinções possuíam resultados práticos notáveis. As associações de bailes da cidade, por exemplo, dividiam-se em três: a “aristocrática”, a “comercial” e a “plebeia”, sendo que rígidos estatutos mantinham o caráter elitista da primeira, impedindo que o restante da população a frequentasse (MULLER, 2010, p. 69-72).

¹ Diário do Rio Grande, 03.04.1851 *apud* MÜLLER (2010, p. 66).

² A Discussão, 03.02.1885 *apud* MAGALHÃES (1993, p. 143).

O presente artigo busca demonstrar a imbricação entre riqueza, poder, prestígio social e educação superior num determinado grupo de famílias que compunha o topo da elite pelotense e que, por conta disto, constituíam-se numa influente força política regional. Acumulando títulos de nobreza, diplomas, cargos políticos e um grosso patrimônio material, estas famílias de charqueadores ocupavam determinados espaços sociais da cidade, apresentando um distinto estilo de vida que refletia, em parte, a sua posição social “privilegiada”. Neste sentido, estudar os espaços de lazer, de sociabilidade e as práticas socioculturais desta elite na cidade é muito mais do que realizar um simples inventário descritivo das mesmas.³ A educação superior, o estilo de vida luxuoso e a imitação de hábitos europeus, nas letras, nas artes e nas maneiras de sociabilizar conferiam grande prestígio social às famílias do topo da hierarquia. Tais investimentos possibilitavam melhores casamentos para os filhos e filhas, um acesso mais qualificado a outros espaços de poder e oferecia todas as condições para que os membros mais preparados da família ingressassem na elite política regional, reproduzindo no cotidiano e no espaço urbano a própria desigualdade de recursos materiais e imateriais que as colocava numa posição social superior.

Riqueza, poder político e nobreza entre as principais famílias charqueadoras

Os charqueadores de Pelotas foram os proprietários escravistas mais ricos do Rio Grande do Sul no período. As fortunas acumuladas por homens como Joaquim José de Assumpção (o Barão de Jarau), João Simões Lopes Filho (o Visconde da Graça) e José Antônio Moreira (o Barão de Butuí) eram comparáveis ao patrimônio de grandes cafeicultores e senhores de engenho, ricos comerciantes e grandes fazendeiros do resto do Brasil. Portanto, por se tratar de uma elite que se destacou pela sua riqueza e opulência, decidi tomar como ponto de partida a hierarquia socioeconômica. Para tanto, tomei uso de 71 inventários *post-mortem* que consegui localizar no Arquivo Público do Rio Grande do Sul e que pertenciam a proprietários de charqueadas em Pelotas, entre 1810 e 1900. Para facilitar a comparação das fortunas inventariadas ao longo do século XIX, converti todos os valores avaliados dos mil réis para libras esterlinas, pois, como é sabido, a moeda inglesa apresentava-se mais estável e tal método reduz as grandes oscilações do real ao longo do tempo.⁴ A Tabela 1, que reúne o

³ Conforme Dalila Müller, “as elites pelotenses distinguiram-se do conjunto da população, não só pela sua riqueza e atividade econômica, mas pelo seu comportamento social, pelo seu modo de vida específico e reconhecível” (MÜLLER, 2010, p.21).

⁴ Para a conversão dos valores em mil réis para libras esterlinas utilizei as Médias anuais das taxas de câmbio do Ipeadata, no item *séries históricas*, disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>. (acesso em 30 agosto de 2012).

patrimônio dos charqueadores dividindo-os em faixas de fortuna, apresenta 12 delas superiores a 50 mil libras esterlinas, ocupando o alto da hierarquia econômica do grupo. Eles totalizavam 21,7% dos inventários, mas concentravam 63,5% de toda a riqueza. No topo, os 4 mais ricos (que tiveram um patrimônio superior a 100 mil libras) concentravam mais de 40% da riqueza do grupo. Portanto, a partir de um critério econômico medido pelo patrimônio acumulado em vida, foi possível considerar que os 12 mais ricos, ou seja, aqueles que legaram mais de 50 mil libras reuniam a elite charqueadora de Pelotas.

Tabela 1 - Faixas de fortuna em libras esterlinas (número e porcentagem, 1810-1900)*

Faixas de fortuna	Inventários	Fortunas
A Superior a 100 mil	4	7,2
B De 50 a 100 mil	8	14,5
C De 25 a 50 mil	9	16,4
D De 10 a 25 mil	13	23,6
E De 5 a 10 mil	13	23,6
F Até 5 mil	8	14,7

Fonte: Inventários *post-mortem*. Cartórios de Pelotas (APERS); VARGAS (2013).

*A Tabela totaliza 55 inventários porque, no caso dos patrimônios de charqueadores cujos bens foram avaliados duas ou mais vezes em épocas distintas (a primeira ou segunda vez, quando da morte de sua esposa), foram excluídos os de menor *monte-mor*.

Este grupo dos 12 mais ricos também apresentou uma inversão de capitais distinta dos menos ricos, ou seja, eles conseguiram diversificar mais os seus negócios. Esses charqueadores foram capazes de comprar estâncias e campos de criação ou nos municípios da região da campanha ou no Uruguai – algo muito difícil de acontecer entre os charqueadores de fortunas intermédias ou menores. Boa parte dos mais ricos também atuou no comércio marítimo, carregando o charque dos proprietários menos ricos e lucrando com a revenda de mercadorias importadas, o carregamento de sal e os altos fretes. A média de escravos dos plantéis destes 12 charqueadores mais ricos era de 115 cativos, ou seja, quase o dobro da média dos demais (VARGAS, 2013).

No entanto, não considero os mesmos como sendo das “principais famílias” charqueadoras apenas pelo fato de serem os mais ricos. Quando se altera o foco de análise buscando outros fatores de hierarquização, percebe-se que os mesmos, juntamente com os seus parentes, também concentravam distintos recursos imateriais baseados em critérios não-econômicos. Observando o acesso dos charqueadores pelotenses aos títulos de nobreza, aos

diplomas de curso superior e aos altos cargos na política imperial, nota-se que estas mesmas famílias também ocupavam o topo da hierarquia entre os charqueadores (Tabela 2). Portanto, elas concentravam não apenas a riqueza, mas também o acesso à alta política, ao *status* social e à educação superior naquela sociedade, demonstrando que a desigualdade de distribuição de recursos não se dava apenas nos aspectos econômicos.

Tabela 2 – Relação entre Riqueza, Nobiliarquia, Alta política e Educação entre as famílias charqueadoras de Pelotas (1845-1900) – em libras esterlinas⁵

Faixas de fortuna	N. Inventários	Títulos de Nobreza	Cargos na Alta política	Diplomas de curso superior
Acima de 100 mil	4	7 títulos 100 % dos invent.	8 cargos 100% dos invent.	11 diplomas 100% dos invent.
De 50 a 100 mil	8	7 títulos 71% dos invent.	5 cargos 49% dos invent.	6 diplomas 71% dos invent.
De 20 a 50 mil	13	2 títulos 15% dos invent.	5 cargos 38% dos invent.	7 diplomas 30% dos invent.
De 10 a 20 mil	9	1 título 11% invent.	-	2 diplomas 22% invent.
Menos de 10 mil	17	-	-	-

Fonte: Inventários *post-mortem* dos cartórios de Pelotas; FRANCO (2001); CARVALHO (1937); VARGAS (2010; 2013).

No Brasil Império, as portas da elite política abriam-se mais facilmente aos portadores de um diploma de bacharel, o que torna a correlação entre elite bacharelesca e elite política nítida. Os ricos charqueadores possuíam maior capacidade de manter um filho estudando nas Academias imperiais e os resultados acabavam sendo convertidos num maior acesso a cargos na burocracia ou na política e em bons casamentos. O acesso à alta política geralmente rendia bons frutos à família e aos aliados do indivíduo consagrado. O auge da elite charqueadora em termos de poder político nacional ocorreu quando Francisco Antunes Maciel, membro de uma das principais famílias charqueadoras, tornou-se ministro do Império do Gabinete Liberal de 1883. Tratava-se de uma pasta extremamente poderosa e que fornecia ao seu portador, por exemplo, o direito de intervir na nomeação dos Executivos provinciais. Na época, Maciel não apenas nomeou o seu parente Barão de Sobral para a presidência do Rio Grande do Sul, como parece ter influído para que sua família recebesse mais 3 títulos de nobreza. Logo que ocupou a pasta, o seu primo Francisco Antunes Gomes da Costa recebeu o título de Barão do Arroio Grande (1884), o seu irmão Leopoldo Antunes Maciel tornou-se o 2º Barão de São Luís (1884) e outro parente, Aníbal Antunes Maciel, foi titulado Barão de Três Serros (1884).

⁵ Para a construção desta tabela foram considerados como familiares os pais, filhos, irmãos, genros e sogros.

No início deste artigo referi como o Conde D'Eu impressionou-se com a aristocracia pelotense e a distinção social das principais famílias. Portanto, a obtenção de tais títulos era um dos fatores fundamentais para sacramentar a posição destas famílias não apenas na localidade, como em toda a Província, conferindo às mesmas a benção nobiliárquica consagrada pelo Imperador. No Antigo Regime europeu, uma das funções da nobreza era encarregar-se do governo da sociedade, traço que parece ter permanecido significativo em diversos países ao longo do século XIX.⁶ Mas a nobreza titulada brasileira, ao contrário da europeia, havia surgido em meio a uma sociedade no qual o arranjo institucional possuía um forte caráter liberal. A nobreza tupiniquim não se ligava à pureza de sangue, à longevidade imemorial dos seus troncos familiares, não era hereditária e não conferia grandes privilégios legais aos seus portadores, por exemplo. Suas únicas semelhanças com a nobreza de Antigo Regime diziam respeito ao fato de que os títulos eram mercês reais oferecidas como retribuição aos serviços prestados à Coroa, denotando a defesa da monarquia por parte dos agraciados, e que a importância dos mesmos coincidia com a hierarquia política do Império, ou seja, os membros da alta nobreza e os da alta política se confundiam.⁷

A ostentação de títulos de nobreza representava a confirmação de um estreito vínculo com os grandes espaços de poder político, além de servir como uma amostra das famílias mais ricas da província e daquelas que se identificavam e eram identificadas com o projeto político imperial. Além disso, os títulos lhes conferiam certo *status* social que as diferenciava das demais famílias do extremo sul do País. Pode-se dizer ainda que a Corte, ao congratulá-los, os reconheciam como membros das elites provinciais, possibilitando, através dos mesmos, uma melhor interlocução entre o governo central e as regiões onde concentravam sua base social e econômica, oferecendo-lhes, em consequência disto, um acesso mais facilitado ao mundo da alta política (VARGAS, 2010).

No Rio Grande do Sul, provavelmente de forma mais acentuada do que nas outras províncias, a maioria dos títulos foi concedida como retribuição aos serviços militares dos seus súditos. A nobreza rio-grandense possuía um perfil fortemente ligado ao campo de batalha, envolvendo também estancieiros civis que haviam lutado em uma ou mais guerras. Cerca de 65% dos 58 rio-grandenses que receberam títulos de nobreza no Segundo Reinado

⁶ A bibliografia sobre o tema é bastante ampla. Para uma análise inicial ver LUKOWSKI (2003), LIEVEN (1992), SCOTT (2007) e MONTEIRO (1998).

⁷ Como demonstrou José Murilo de Carvalho, se o título de barão reservava-se principalmente às nobrezas provinciais, os Viscondes, Marqueses e Condes eram títulos que se confundiam com os membros da elite política imperial (CARVALHO, 2003, p. 258-259). Maria Fernanda Martins também verificou uma profunda imbricação entre os nobilitados e os membros do Conselho de Estado (MARTINS, 2007).

eram ou oficiais da Guarda Nacional ou do Exército. Pelo menos 22 deles participaram da Revolução Farroupilha, sendo 19 do lado legalista (VARGAS, 2010, p. 196). Mas no caso dos charqueadores, os títulos de nobreza recebidos pelos mesmos eram mais uma retribuição ao dispêndio de seu patrimônio do que qualquer outra coisa. Apesar de patrocinar financeiramente a guerra e insuflar os movimentos nos bastidores, os charqueadores não foram grandes guerreiros (VARGAS, 2013). Portanto, como os títulos nobiliárquicos dos mesmos também se constituíram em uma compensação pelo patrimônio gasto com o Império e a libertação de escravos em grandes quantidades não surpreende que as famílias charqueadoras mais ricas concentrassem tais honrarias, como foi destacado na Tabela 2.

Portanto, eram estas famílias charqueadoras mais ricas (e algumas outras, de comerciantes e proprietários) que o Conde D’Eu considerou como sendo a aristocracia de Pelotas. Mas ao contrário de nós historiadores, o genro do Imperador não teve acesso aos inventários post-mortem dos charqueadores e talvez, se tivesse, acharia a mesma documentação irrelevante e enfadonha. Por conta disto, não foi possibilitado ao mesmo medir as fortunas desta elite, como busquei efetuar anteriormente. Neste sentido, as suas considerações sobre a distinção social e a opulência da aristocracia pelotense foram resultado das observações cotidianas que realizou na cidade. Foi a partir da vivência nos lugares que frequentou, nos espaços de lazer e sociabilidade que frequentou, dos diálogos que teve com membros de tal elite que o Conde D’Eu considerou Pelotas a “cidade predileta” da aristocracia provincial. Assim sendo, creio ser necessário compreender melhor o que ele poderia ter observado para tecer tal opinião. As páginas a seguir buscam evidenciar alguns traços do estilo de vida dos charqueadores e os seus espaços de lazer, uma vez que em sociedades mais tradicionais, a distinção social era um importante aspecto a separar as elites do resto da sociedade.

A Aristocracia do Sebo: o estilo de vida da elite charqueadora pelotense

Em Abril de 1852, a polícia de Alegrete desbaratou uma quadrilha que realizava contrabando de mercadorias de Pelotas para toda a fronteira com o Uruguai. Uma das testemunhas do processo instaurado contra os comerciantes era o charqueador Manoel Lourenço do Nascimento. Conforme o seu depoimento, a última vez em que ele havia remetido mercadorias por meio de um dos réus, enviara um piano para o coronel José Antônio

Martins – rico estancieiro com terras em Alegrete e no Estado Oriental.⁸ Não devia ser a primeira vez que o charqueador-comerciante remetia pianos para os confins da província e nem devia ser ele o único a realizar tal negócio. Pelotas já havia se tornado a “cidade predileta” da aristocracia rio-grandense, como afirmou o Conde D’Eu, e agora distribuía, por meio de sua elite, os artigos de luxo que encantavam os fazendeiros do interior quando os mesmos iam até a cidade fechar negócios com os chaqueadores.

Considerando o piano como um símbolo deste modelo de civilização, Luís Felipe de Alencastro afirmou que, em meados do século XIX, o mesmo só havia entrado em poucos sobrados do Rio de Janeiro, de Recife e Salvador, sendo praticamente desconhecido nas outras partes do Império (ALENCASTRO, 1997, p. 45). Ora, pesquisas recentes demonstram que este instrumento musical já podia ser encontrado em muitas casas distantes destas três cidades e bem antes do meado do oitocentos. Pesquisando São Paulo, por exemplo, Maria Viveiros de Araújo localizou não apenas bibliotecas com muitos livros, como pianos entre os bens inventariados da elite paulista entre 1800 e 1850 (ARAÚJO, 2006). No Rio Grande do Sul, Adriano Comissoli identificou os mesmos itens entre as elites administrativas e políticas da região nas primeiras décadas do século. O autor demonstrou como a presença dos pianos eram “indicativos da busca por refinamento aliado a um entretenimento de alta sociedade”. Além disso, “a recorrência dos aparelhos de louça para chá indicam igualmente a disseminação de hábitos considerados refinados numa sociedade que se complexificava e cuja elite dialogava com os pares de outras praças”. Neste sentido, “os tempos em que a sociedade sul rio-grandense era classificada de ‘rústica e agreste’ haviam sido ultrapassados pela elite oitocentista” (COMISSOLI, 2011, p. 227).

O simples fato dos primeiros pianos terem chegado à pequena Desterro (HOLLER; SANTOLIN, 2009) – capital de Santa Catarina – já no início do século XIX, fazem supor que em outras cidades litorâneas mais ricas e com elites mais bem estabelecidas não apenas o acesso aos pianos como a outros artigos importados, assim como livros e novas ideias estivessem sendo acessadas por intermédio de comerciantes, burocratas e estrangeiros de diferentes países que os conectavam com o mundo exterior. Nas suas memórias, o magistrado Albino Barbosa de Oliveira deixou escrito a respeito de sua permanência no Maranhão (onde serviu como juiz de direito na década de 1840), a existência de um teatro e dos bailes e soirées que frequentava na casa de muitas famílias de elite, onde conheceu as filhas da Dona

⁸ Processo-crime n. 2.729, m. 78, Autos de apreensão de contrabando, Cartório do Cível e Crime, Alegrete, 1852 (APERS). Agradeço a Marcelo Matheus pela indicação deste documento.

Lourença Leal, sendo que uma delas “tocava muito bem piano, o que era grande recurso para mim, ávido de distrações” (OLIVEIRA, 1943, p.165). Soma-se a isso o fato de que a América portuguesa enviava centenas de estudantes para estudarem em Coimbra desde o século XVIII (CARVALHO, 2003).

Com relação aos pianos, teatros e bailes, os próprios viajantes deixaram relatos importantes. Em Porto Alegre, no início da década de 1820, Saint-Hilaire mencionou: “São freqüentes as reuniões nas residências para saraus, e algumas senhoras tocam, com maestria, o violão e o piano, instrumento este desconhecido no interior, por causa das dificuldades de seu transporte” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 72). Mas se no interior das províncias os pianos podiam demorar a chegar, nas cidades litorâneas eles pareceram ser do usufruto de muitas famílias das elites. No sul do Brasil, a interação social com os hispano-platinos e estrangeiros devia estimular mais ainda o gosto por artigos de luxo, pianos e o contato com visões de mundo distintas. Em Buenos Aires, por exemplo, Arsene Isabelle deixou escrito no início dos anos 1830: “É preciso que a família seja muito pobre para não ter o seu piano. As buenaireses como as montevidéas têm a mesma inclinação das italianas pela música, mas não se dão ao trabalho de estudar a música escrita (falando de um modo geral)” (ISABELLE, 2006, p. 128-129). Passando por Pelotas, nos anos 1820, Carl Seidler recomendou aos viajantes que “tocassem algum instrumento, sobretudo o piano, mesmo que pouco, pois que o piano se encontrava em todas as boas casas da freguesia de São Francisco de Paula”, antigo nome da cidade de Pelotas (NOGUEIRA; SOUZA, 2010, p. 230-231).

Não é difícil compreender a difusão de pianos e bibliotecas em diferentes lugares do Brasil no início do XIX quando se substituiu uma visão que tem na Corte fluminense uma espécie de “exclusivo civilizador” por outra que, acompanhando as tendências historiográficas mais recentes, pense nas múltiplas trocas socioculturais que se difundiam pelo mundo atlântico, a partir de uma intensa circulação de pessoas que veio a marcar a Era das Revoluções (VARGAS, 2013). No caso do Rio Grande do Sul, a interação sociocultural também se dava com Montevidéu, cuja presença de comerciantes estrangeiros diversos, com seus costumes e hábitos europeus, já eram bem fortes. Como observou Fabrício Prado, em 1810, a capital da Banda Oriental já possuía o seu teatro servindo de espaço de sociabilidade à elite local, composta de burocratas e comerciantes que realizavam negócios com Rio Grande e o Rio de Janeiro, por exemplo (PRADO, 2009). Neste sentido, a circulação de comerciantes e burocratas possibilitava tais trocas de uma forma que nenhuma localidade litorânea estava isolada das modas de sua época, sendo influenciada tanto pelo Rio de Janeiro e por Lisboa,

como por outros países que agora mantinham contato mais direto com as mais diversas capitanias brasileiras.

As cidades litorâneas, sobretudo aquelas com notável importância mercantil, certamente recebiam mais novidades estrangeiras do que às localizadas no interior das províncias. Com o tempo, Pelotas foi tornando-se o mais importante centro cultural da fronteira com o Uruguai, encontrando seu auge na segunda metade do século. A riqueza material atingida pelas elites pelotenses e a diversidade das atividades de lazer e culturais possuíam uma relação direta, uma vez que, nas entressafras das charqueadas, os seus proprietários gastavam seus ganhos na cidade, patrocinando as artes e tornando-a seu palco de ostentação (MAGALHÃES, 1993). Ao contrário do início do oitocentos, na segunda metade do século os charqueadores deslocaram-se cada vez mais para a cidade, confirmando o que Faria afirmou analisando principalmente o sudeste e o nordeste do Brasil. Para a autora “foi de meados do século XIX em diante que se operaram as mudanças mais significativas nos espaços urbanos e nas sociabilidades”. Com relação a estas transformações:

A próspera Europa, moderna e industrial – inglesa primeiro, depois, francesa –, firmou-se como exemplo a ser seguido e manancial de novos produtos e hábitos. O acesso a certas mercadorias estrangeiras passou a denotar prestígio social. Mudaram-se hábitos e costumes. A expansão urbana, no Império, foi significativa, principalmente no Rio de Janeiro, sede do governo, mas inúmeras outras cidades, principalmente as portuárias, ampliaram-se por conta do incremento do comércio externo. A remodelação das residências sofreu influência europeia (...). Reproduziram (...) algumas tendências, como a construção de sobrados ou palacetes nas zonas urbanas, e a adoção de uma nova sociabilidade, traduzida no ato de receber e de festejar (FARIA, 2002, p. 678).

Neste sentido, tratava-se de um longo processo que marcou todo o oitocentos e que, no nordeste, Evaldo Cabral de Mello denominou-o como “o fim das casas-grandes” (MELLO, 1997). A referência clara a Gilberto Freyre tem em vista o que este próprio autor buscou delinear em seu clássico *Sobrados e Mucambos*, qual seja, a da decadência do patriarcalismo rural frente ao processo de modernização e urbanidade que marcou a história brasileira ao longo do oitocentos mas que só veio a se concretizar no século XX e que tinha nos sobrados urbanos um de seus símbolos (FREYRE, 2000). Paralelo a este processo e acompanhando uma tendência que iria marcar a vida de algumas elites proprietárias brasileiras no século XIX, os charqueadores pelotenses cada vez mais deslocavam a sua vida do meio rural (nas charqueadas) para os seus sobrados no centro da cidade.⁹ Neste contexto, as famílias mais ricas de Pelotas começaram a compartilhar de um estilo de vida que as distinguia das demais

⁹ Conforme Magalhães, os charqueadores foram aos poucos deslocando residência para a cidade, “construindo sobrados de arquitetura europeia” (MAGALHÃES, 1993, p. 95-96).

classes sociais da urbe e que se assemelhava com a dos grandes fazendeiros de café e senhores de engenho, por exemplo.

Estudando as formas de morar e os recheios da casa da elite cafeicultora do sudeste por meio da análise dos inventários *post-mortem* da família do comendador Manoel Valim, Eduardo Schnoor considerou que os novos hábitos e costumes que marcaram a segunda metade do século não buscavam necessariamente legitimar uma nova ordem escravista, mas sim, “um ideal aristocrático de modernidade” (SCHNOOR, 1995, p. 38-39). A semelhança com o padrão de vida dos charqueadores pode ser notada analisando o mobiliário que os mesmos reuniam no interior dos seus sobrados.¹⁰ A análise do patrimônio inventariado dos charqueadores mais ricos revela a presença de móveis e certo luxo que denotam o mesmo estilo de vida encontrado por Schnoor entre os fazendeiros de café e que o autor considerou “aristocrático” e “moderno” para os padrões da época. Dentre as muitas peças do mobiliário do barão e da baronesa de Butuí, por exemplo, destacavam-se 1 mobília de mogno com 14 cadeiras de encosto, 4 de braços, 4 aparadores e 1 mesa redonda, 1 mobília de jacarandá com 18 cadeiras, 4 aparadores e 1 mesa redonda, 2 dúzias de cadeiras de jacarandá de palhinha, 1 aparelho de porcelana, além do piano, das cômodas, dos guarda-roupas, entre muitos outros móveis. O coronel Anibal Maciel e sua esposa possuíam 1 mobília francesa de mogno, 3 camas francesas, 1 mobília de jacarandá, 4 lavatórios em pedra mármore, 1 aparelho de porcelana azul com frizo dourado para jantar, 1 aparelho de porcelana para chá, entre outros. O barão de Corrientes também apresentou os mesmos móveis em mogno, tampos de mármore, piano, entre outros.¹¹

A observação dos demais inventários dá a impressão de que se tratava de um conjunto básico de móveis que compunham o espaço interno dos lares destas famílias da elite local, como móveis importados, objetos de prata e de ouro, jóias pessoais e os onipresentes pianos. O alto montante em que estes artigos foram avaliados nos inventários dos charqueadores revelam o tamanho dos gastos reservados ao luxo e requinte dos seus lares. Os valores do aparelho de prata para chá e café (1:436\$) e dos 2 faqueiros de prata de 24 talheres (2:142\$) do casal dos barões de Butuí eram as peças mais caras do seu mobiliário. Somando todos os objetos de ouro, prata e jóias que o casal possuía tinha-se mais de 4:660\$. Era um valor que

¹⁰ O mesmo pode se dizer da elite paulistana estudada por ARAÚJO (2004, p. 129-160).

¹¹ Inventário do Barão de Butuí, n. 647, m. 41, 1867/1877, 1º cart. órfãos e provedoria, Pelotas (APERS); Inventário de Felisbina da Silva Antunes. N. 68, m. 2, Pelotas, Cartório do Cível e Crime (APERS); Inventário de Silvana Belchior da Cunha, n. 870, m. 50, 1º Cartório de órfãos e provedoria, Pelotas, 1877 (APERS).

sozinho superava 46% do monte-mor dos 163 inventários *post-mortem* dos habitantes de Pelotas para os anos de 1875, 1880, 1885 e 1890 (VARGAS, 2013).

Com relação aos pianos, que já faziam parte da casa das famílias de elite na primeira metade do século, é importante considerar que os mesmos se disseminaram de uma forma notável pela população pelotense, sendo encontrado inclusive em patrimônios de famílias de fortuna mediana. Os anúncios de jornal dão uma ideia deste fenômeno. Era corrente as casas comerciais anunciarem a chegada de novas músicas em partituras, os anúncios de professores de piano oferecendo os seus serviços, além do concerto, afinação, aluguel e venda dos mesmos instrumentos. Em leilões, a presença dos pianos também não era rara. Em julho de 1877, por exemplo, o filho do charqueador Manuel R. Valladares anunciava a sua mudança para a Corte, leiloando seu piano e estantes para livros.¹² A quantidade dos anúncios de novos títulos recebidos pelas livrarias rivalizava com os relacionados aos pianos.¹³

Se o gosto pela leitura talvez não ocupasse grande parte da vida da maioria dos charqueadores, certamente o era pelos seus filhos, esposas e genros doutores que frequentavam seus casarões. Conforme Magalhães, seus filhos “puderam se dedicar largamente aos estudos, às letras, às ciências e às artes (...) e, dentro das letras, à recitação de discursos e à metrificação de versos (...) sobretudo e respectivamente, para exaltar as virtudes da cultura clássica e cortejar damas um tanto reservadas e muito requintadas” (MAGALHÃES, 1993, p. 122). Não possuo dados referentes aos formados em Medicina e Engenharia, mas na província, Pelotas despontava como um dos grandes focos de famílias que enviavam seus filhos para estudar Direito em São Paulo, ficando atrás somente de Porto Alegre (VARGAS, 2010). Dos 22 pelotenses formados entre 1832 e 1889, 18 eram filhos ou netos de charqueadores. Sem contar os bacharéis formados em Recife e os médicos formados na Corte e em Salvador, também houve pelo menos um advogado formado em Montevideu e outros diplomados que estudaram em Paris. Por intermédio de filhos educados fora da província, as elites pelotenses, com destaque para os charqueadores, inseriam-se no interior de importantes redes de relações sociais e políticas.

A vida acadêmica era precedida dos estudos com os melhores professores particulares da cidade. Enquanto alguns filhos eram direcionados para a profissão das leis ou da medicina,

¹² Jornal do Comércio de Pelotas (1, 10, 11 e 12 de janeiro de 1875; 1 e 26 de julho de 1877; 5 de setembro de 1879 (Biblioteca Pública Pelotense). Havia famílias de charqueadores que possuíam dois pianos, como os Vianna e os Antunes Maciel (Processo de Liquidação da Viúva Vianna & Filhos, n. 2.568, m. 74, 2º cartório do cível, Pelotas, 1865 (APERS).

¹³ Jornal do Comércio de Pelotas, 26 de julho de 1877 (BPP).

outros acompanhavam o pai na administração das charqueadas. A diversão dos rapazes consistia nos banhos de rio no Santa Bárbara, nas aulas de ginástica, esgrima e dança no colégio, nas regatas no São Gonçalo, nos exercícios de equitação no Jockey Club, além de atividades teatrais com outros rapazes e moças no interior dos sobrados. As meninas, por sua vez, “quando saíam, era geralmente em direção aos saraus familiares, ao teatro e às igrejas”. Em casa, dedicavam-se aos “trabalhos de agulha, bordado e culinária, com os jogos de víspera, com aulas de pintura e música”, além da “leitura de algum romance amoroso” (MAGALHÃES, 1993, p. 148). A vida das esposas dos charqueadores não devia ser muito diferente. Além de cuidar dos filhos, governar a casa e ocupar-se com alguns assuntos relativos à comunidade local, seus divertimentos envolviam a leitura e os lazeres ao lado da família.¹⁴

O espaço doméstico e familiar dos charqueadores era periodicamente compartilhado com outras famílias da elite local ou de ilustres visitantes vindos de fora da cidade. As festas, saraus e bailes oferecidos em sua própria casa constituíram-se num dos principais momentos de sociabilidade destas elites. Como demonstrou Magalhães, algumas vezes estes eventos eram comentados na imprensa local. Em fevereiro de 1875, por exemplo, o charqueador Junius Brutus de Almeida abriu sua casa aos amigos para um baile de carnaval “que imensamente animado e concorrido prolongou-se até a madrugada” com a presença de clubes carnavalescos e bandas de música. Para estas ocasiões, uma casa comercial francesa anunciava a chegada de “500 cabeleiras à Luís XV recebidas de Paris no último vapor”. Em junho do mesmo ano, foi a vez do charqueador Pedro Lobo Vinhas oferecer um grande baile em sua casa como “complemento à festa de São Pedro da Beneficência Portuguesa”. Geralmente os jornalistas buscavam agradar os charqueadores elogiando a sua família e a boa recepção dos mesmos. Sobre uma festa na casa do comendador Antônio Mâncio Ribeiro, sogro do charqueador Domingos Guilherme da Costa, podia-se ler o seguinte: “sendo saudado com uma serenata na Praça por três bandas de música e mais de mil pessoas, retribuiu a gentileza convidando alguns dos participantes para a sua casa”. Ali podia-se ver “uma esplêndida mesa, onde a riqueza” e “o luxo deslumbravam” e na sala principal, reuniam-se algumas das “senhoras de nossa primeira sociedade”.¹⁵

¹⁴ Um dos recibos anexos ao processo de liquidação da firma Viúva Vianna & Filhos, mencionado anteriormente, demonstra que a dona Rosaura, uma das proprietárias da charqueada, havia comprado *Os Miseráveis* de Vitor Hugo. Além disso, no escritório de sua charqueada havia uma estante com livros diversos.

¹⁵ Correio mercantil 8 de junho de 1875 *apud* MAGALHÃES (1993, p. 143-144).

Além das rotineiras visitas de amigos e parentes, as festividades constituíam-se em momentos nos quais os charqueadores e a sua família podiam demonstrar as suas melhores qualidades não apenas artísticas e intelectuais, como as de bons anfitriões, algo que lhes conferia grande prestígio nas rodas da *primeira sociedade*, como gostavam de se definir. Uma boa recepção exigia um grande número de criados e serviçais domésticos, o que ajuda a compreender certos anúncios nos jornais relativos à contratação de cozinheiros estrangeiros aptos a trabalharem em casas de famílias, por exemplo.¹⁶ Os mesmos deviam somar-se aos copeiros e demais escravos da casa do senhor, arrolados em seus inventários.¹⁷ Conforme Schnoor, este era um traço do estilo de vida aristocrático que vinha se apresentando no mundo senhorial oitocentista e também indicavam o *status* social das famílias proprietárias (SCHNOOR, 1995).

Mas as festas e bailes não se reservavam aos encontros particulares nas casas dos seus proprietários. De acordo com Dalila Müller, entre os anos 1850 e 1860, Pelotas possuía muitas sociedades recreativas e culturais, sendo 8 delas de dança. Estas sociedades eram classificadas pela própria imprensa como “aristocráticas”, “comerciais” e “plebeias”, sendo a primeira, obviamente, reservada às famílias da elite local. As sociedades possuíam estatutos redigidos pelos seus diretores e os bailes tinham seu protocolo previamente planejado, com rigorosa etiqueta, horários do chá, do café e das danças, tempo dos intervalos, entre outros aspectos.¹⁸ Estas ocasiões eram propícias para o experimento de novidades culinárias, como o sorvete, chegado de Paris nos anos 1860, mas que só se difundiria pelo Brasil na década de 1890. As famílias frequentadoras acompanhavam a cobertura dos bailes nos jornais, onde se podiam ler comentários sobre os vestidos das mulheres, a decoração, o serviço de copa e os homenageados (MULLER, 2010, p. 100-102). Neste sentido, elas seguiam o modelo das sociedades de baile da Corte que se disseminaram pelo Brasil no meado do século XIX, o que devia agradar os visitantes ilustres (PINHO, 1959). Em fevereiro de 1885, por exemplo, o prédio da Câmara Municipal foi local de um dos bailes mais importantes que a cidade havia presenciado, com a presença da Princesa Isabel e do Conde d’Eu, que haviam permanecido em Pelotas por 3 semanas. Na ocasião, enquanto o charqueador Heleodoro de A. E Souza

¹⁶ Jornal do Comércio de Pelotas, 12 de dezembro de 1877 e 1 de julho de 1879 (BPP).

¹⁷ Pelo menos 27 dos 142 escravos do Barão de Butuí residiam na cidade, alguns junto ao sobrado do senhor ou em outras casas do mesmo, sendo que, entre os mesmos, havia 2 copeiros, 2 cozinheiros, 1 boleiro, 3 costureiras, 2 engomadeiras, 1 lavadeiro e 2 serventes.

¹⁸ Além dos rígidos estatutos, o “público indesejado” podia ser vetado pela diretoria, que exigia pessoas de boa conduta pública. Conforme Müller, aqueles que não podiam entrar nos bailes ficavam nas janelas espiando e alguns manifestavam-se com obscenidades. A Sociedade Harmonia Pelotense colocou cortinas nas janelas para evitar a aglomeração de pessoas ao redor do salão. Nos teatros, hotéis, praças e ruas, a circulação dos “não iguais” era mais livre (MÜLLER, 2010, p. 66-73; 92-94; 99).

Filho dançou uma quadrilha com a Princesa, a filha do charqueador Anibal Antunes Maciel foi o par do Conde (MAGALHÃES, 1993, p. 147). Em outras festividades, os charqueadores podiam interagir com autoridades estrangeiras como no baile de julho de 1877, quando os oficiais da canhoneira inglesa Beacon foram homenageados.¹⁹

Pelotas também possuía outras opções de lazer e a análise dos jornais demonstra que os charqueadores e os seus familiares estavam diretamente ligados ao gerenciamento de clubes, associações e companhias diversas. Os domingos no Jockey Club eram um ponto de encontro certo e as corridas eram “concorridíssimas”.²⁰ Alguns de seus diretores e secretários eram charqueadores, como Joaquim Rodrigues da Silva, Joaquim José de Assumpção, Antônio de Azevedo Machado Filho e João Maria Chaves, por exemplo.²¹ Além do Cassino, frequentado pelas elites locais, outra diversão inaugurada nos anos 1870 foi o “Rink” de patinação. Em agosto de 1879, os jornais já anunciavam a chegada de “mais patins americanos em grandes quantidades”.²² Conforme Müller, os banquetes nos hotéis e os encontros nos clubes para a prática de jogos lícitos também eram propagandeados nos jornais da cidade (MULLER, 2010, p. 25-26). Portanto, quando não estavam ocupados com seus muitos negócios, os charqueadores acompanhavam sua família ao teatro e aos bailes, frequentavam os clubes com os amigos, as corridas no Jockey e os leilões. Em casa não faltavam jornais para os mesmos ocuparem-se da conjuntura política e econômica e de curiosidades (MAGALHÃES, 1993, p. 249).²³ Alguns ainda tinham na caça um hobby eventual e nas suas chácaras um retiro da vida da cidade e da charqueada.²⁴

Como os artistas não possuíam uma segurança mais profissional para exercerem as suas atividades, geralmente as elites pelotenses, entre as quais estavam muitos charqueadores, acolhiam seus projetos e realizações. Neste sentido, ao mesmo tempo em que recebiam pintores, poetas, escultores, professores e músicos em suas casas e sob a sua proteção, os charqueadores ofereciam um espaço de convivência para que seus filhos e filhas se sentissem

¹⁹ Jornal do Comércio de Pelotas, 1 de julho de 1877 (BPP).

²⁰ Jornal do Comércio de Pelotas, 1 de julho de 1879 (BPP).

²¹ Jornal do Comércio de Pelotas, 3, 5 e 12 de julho de 1877 ; 1 de julho de 1879 (BPP).

²² Jornal do Comércio de Pelotas, 14 de agosto de 1879 (BPP); MAGALHÃES (1993, p. 157).

²³ Conforme o autor, a partir de 1860, “sete jornais devem ser destacados pela influência que tiveram e pela extensão de tempo em que circularam”: Diário de Pelotas (1868-1889), Jornal do Comércio (1870-1882), Correio Mercantil (1875-1915), Onze de Junho (1877-1889), O Cabrion (1879-1889), A Discussão (1881-1888), A Pátria (1886-1891).

²⁴ O coronel Anibal Maciel possuía um piano na cidade e outro na sua chácara, indicando que esta última também devia ser um espaço importante de lazer. O mesmo coronel possuía entre seus bens uma arma de caça (Inventário de Anibal Antunes Maciel, n. 815, m. 48, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas, 1875 (APERS). Na edição de 27 de julho de 1875 do Jornal do Comércio encontra-se um leilão de uma espingarda de caça com máquina para fazer cartuchos e na edição de 1 de julho de 1879 uma loja anunciava vender diferentes armas e pistolas modernas (BPP).

atraídos pelos mesmos caminhos da arte. Conforme Cândida Rocha, os concertistas eram recebidos nas casas dos ricos e muitas vezes ensinavam suas filhas a tocarem piano, harpa e a cantar (ROCHA, 1979). Não demorou muito e do seio destas mesmas famílias surgiram importantes artistas com renome regional e até internacional. Alice Ramos, que descendia das famílias Silveira Martins e Antunes Maciel, apresentou-se várias vezes no Teatro 7 de Abril e tinha em Chopin, Mozart e Schumann seus compositores favoritos. Maria Francisca da Costa Silva, neta do coronel Anibal Antunes Maciel, também teve destaque neste meio artístico. Acostumada ao protagonismo nos saraus e salões da pequena Pelotas, também se apresentou na Corte, onde cantou para o Imperador acompanhada do maestro Carlos Gomes. Maria Francisca foi uma das senhoras da elite rio-grandense que esteve no último Baile da Ilha Fiscal, em 1889. Contudo, Zola Amaro foi a mais famosa de todas. Neta do Visconde da Graça, tornou-se uma grande cantora de ópera, tendo se apresentado nas principais cidades da América e da Europa ao lado de grandes tenores e sob a regência dos principais maestros da época. A inserção dos familiares dos charqueadores neste espaço artístico e cultural permaneceu forte nas primeiras décadas do século XX. Em 1918, por exemplo, estavam entre os líderes da fundação e presidência do 1º Conservatório de Música de Pelotas, os senhores Dr. Francisco Simões Lopes, Francisco Gomes da Costa, Alfredo da Silva Tavares e Francisco Moreira, revelando que estes sobrenomes eram quase que onipresentes em todos os espaços sociais da cidade (ROCHA, 1979, p. 95; 99; 123-134).²⁵

Outro lugar reservado à manifestação artística foi o Teatro 7 de Abril – um dos principais patrimônios da cidade no século XIX e projetado com forte investimento dos charqueadores da primeira geração. Inaugurado em dezembro de 1833, a construção do mesmo – obra arquitetônica do engenheiro Eduardo Von Kretschmar e inspirado nos teatros europeus –, foi inspecionada e custeada pelo charqueador José Vieira Vianna e certamente apoiada por outros (LONER; GILL; MAGALHÃES, 2010, p. 244). Conforme Magalhães, o teatro era frequentado principalmente por comerciantes e fazendeiros, com destaque para os charqueadores. Na lista geral do sócios de camarotes e cadeiras de 1833 a 1834 percebe-se que “a maioria dos 61 camarotes e das 233 cadeiras do teatro era locada por charqueadores, entre os quais havia um barão (futuro visconde), três comendadores, três futuros barões e outro futuro visconde” (MAGALHÃES, 1993, p. 154).²⁶ Na segunda metade do século XIX,

²⁵ Na década de 1880, o Dr. Epaminondas de Almeida, filho do charqueador Domingos José de Almeida, foi Presidente da Filarmônica Pelotense (Jornal de Comércio, 5 de julho de 1880 (BPP)).

²⁶ Na mesma época, Arsene Isabelle deixou registrado: “São Francisco de Paula é uma encantadora cidadezinha que não conta mais de uns dez anos de existência, e que, entretanto, já rivaliza com Porto Alegre pela atividade

foi frequente a propaganda das companhias estrangeiras e nacionais a se apresentarem no mesmo. Em janeiro de 1875, podia-se encontrar anúncios da Ótica Eduardo Jeanneret vendendo óculos, pince-nez de ouro e binóculos para teatro.²⁷ A análise dos inventários *post-mortem* dos charqueadores revela que muitos possuíam ações do teatro entre seus bens. O Barão do Butuí possuía 8 camarotes e 26 cadeiras no Teatro. O Barão de Corrientes, por sua vez, era proprietário de 29 ações de camarote e 52 ações de cadeiras no mesmo. O usufruto deste espaço por parte de suas famílias parece ter sido grande e o charqueador Francisco Antunes Gomes da Costa (Barão de Arroio Grande e genro do coronel Anibal), talvez mais entusiasmado que os demais, também escreveu suas peças para serem encenadas no mesmo.²⁸

Neste mesmo sentido, este grupo de charqueadores não demorou a contratar pintores europeus para retratarem a si mesmo e a seus familiares.²⁹ Conforme Magalhães, foi comum os membros da elite pelotense solicitarem os serviços destes artistas e alguns deles tiveram certo renome na localidade. Mariza Souza e Neiva Bohns analisaram como o prestigiado pintor Frederico Trebbi retratou os familiares dos charqueadores Barão de Butuí e Barão do Jarau, por exemplo (SOUZA, BOHNS, 2011). Conforme Magalhães, as pinturas e retratos à óleo haviam virado moda e era conveniente que os cidadãos mais respeitáveis se fizessem retratar não apenas a si mesmos como também a seus ancestrais e parentes próximos (MAGALHÃES, 1993, p. 207-209). Em janeiro de 1875, um anúncio de jornal estimulava a prática: “O retrato é hoje uma necessidade por todos reconhecida. O filho não pode negar-se a fazer retratar os seus pais, porque nada pode trazer-lhe a memória uma recordação mais agradável do que a imagem daqueles a quem deve amor e gratidão”.³⁰

Não foi incomum encontrar quadros entre os bens inventariados dos charqueadores de maior fortuna. O coronel Anibal Maciel e sua esposa possuíam entre seus bens “vários quadros com retratos” e outros três “representando navios”. O Barão de Corrientes, além dos móveis de mogno e seu piano, possuía 11 quadros decorando o interior do seu sobrado na cidade. Acolhendo estes artistas, os charqueadores também proporcionavam um espaço de aprendizagem para suas filhas e netas. Nas exposições de arte locais era possível apreciar o

de seus habitantes, a importância de suas transações comerciais e o grande número de edifícios que se constroem diariamente (...). Há um teatro muito bonito, realmente elegante e cômodo. Existia apenas uma tipografia, no ano passado, mas circulam vários jornais políticos. A população já se elevava de sete a oito mil habitantes” (ISABELLE, 2006, p. 259).

²⁷ Jornal do Comércio, 3 de janeiro de 1875 (BPP).

²⁸ Inventário do Barão de Butuí, n. 647, m. 41, 1867/1877, 1º cart. órfãos e provedoria, Pelotas; Inventário de Silvana Belchior da Cunha, n. 870, m. 50, 1º Cartório de órfãos e provedoria, Pelotas, 1877 (APERS).

²⁹ Conforme Magalhães, os charqueadores possuíam agentes comerciais em diferentes locais e pediam para eles remeterem artigos de luxo pelos navios que descarregavam charque (MAGALHÃES, 1993, p. 137).

³⁰ Jornal do Comércio, 14 de janeiro de 1875 (BPP).

talento das moças e as técnicas que as mesmas haviam aprendido com seus professores europeus. Entre as pintoras que expunham seus trabalhos é possível verificar que pertenciam às famílias dos principais charqueadores da cidade, dos seus parentes e de outros membros da elite local, como as alunas Maria Francisca da Costa, Ambrosina Campello, Belarmina Sá de Araújo, Leocádia Tavares, Maria Marques de Souza e Alice Cunha, por exemplo (MAGALHÃES, 1993, p. 192; 209-213). Além disso, alguns destes ricos charqueadores também contrataram arquitetos italianos para projetarem os seus casarões na cidade, como Felisberto Braga, Francisco e Leopoldo Antunes Maciel (ANJOS, 1996, p. 75-76).

No campo das letras, a presença das *principais famílias* charqueadoras não foi diferente. Pelotas possuía algumas livrarias, além de clubes de leitura e saraus que animavam a população e incentivavam a existência de um pequeno círculo de escritores e poetas. Isto também foi patrocinado pelos charqueadores. O Visconde da Graça, por exemplo, “doou o primeiro prédio para que se instalasse, em 1875, a Biblioteca Pública Pelotense”. Filhos e parentes de charqueadores, além de outras pessoas pertencentes à elite local, seguidamente doavam livros a mesma.³¹ Fidel Echenique, um dos livreiros da cidade, era genro do charqueador Barão de Corrientes. Estes empresários tendiam a abrir as portas de sua casa aos literatos e poetas locais, muitos deles amigos de seus filhos e filhas. Lobo da Costa, um dos principais poetas da cidade, frequentava o sobrado do abastado charqueador João Mendes de Arruda, onde mantinha estreita amizade com seus filhos (MAGALHÃES, 1993, p. 132; 277). Os dois grandes escritores pelotenses da época, Alberto Coelho da Cunha e João Simões Lopes Neto, formados neste pequeno círculo literário, eram, respectivamente, filho e neto de ricos charqueadores.

Ser visto como um “protetor” das artes e da educação parecia reforçar a posição de elite das famílias charqueadoras mais ricas. Assim sendo, outra prática igualmente importante era a caridade e a filantropia. Estudando a Santa Casa de Pelotas, Cláudia Tomachewski (2007) percebeu a forte presença dos charqueadores na direção da instituição. Fundada no início do Segundo Reinado, ela assumiu diversas atividades de assistência, mantendo um hospital (1848), no qual eram recebidos os expostos (crianças abandonadas) e os enfermos. Conforme a autora, a Santa Casa também monopolizava os enterros e o transporte para o cemitério e mantinha capelas para rezar missas pelas almas dos irmãos e dos benfeitores.

³¹ Os jornais às vezes divulgavam os títulos dos livros doados, sendo que alguns eram escritos em língua inglesa. Em 1879, o presidente da Biblioteca era Saturnino Arruda, filho do charqueador João Mendes de Arruda. Em agosto de 1879, um gabinete de leitura da cidade anunciava que os livros dos sócios podiam ficar com os mesmos por 15 dias (Jornal do Comércio de Pelotas, 9 e 14 de agosto e 5 de setembro de 1879 (BPP)).

Como os irmãos e dirigentes pertenciam às elites da cidade, as mesmas podiam controlar de perto o cuidado aos mais pobres. Para Magalhães, a caridade exercida por estes “beneméritos” e “filântropos” constituía-se numa exigência “decorrente de sua formação moral e religiosa” (MAGALHÃES, 1993, p. 201-203). Entre os provedores da Santa Casa foi possível verificar tanto charqueadores (José Rodrigues Barcellos, Domingos de Castro Antiqueira, José Inácio da Cunha, Antônio J. de Oliveira Castro e Possidônio Mâncio Cunha), quanto seus parentes próximos (Amaro J. Ávila da Silveira, Domingos R. Ribas e João F. Vieira Braga). A ocupação de tais cargos além de ampliar as suas redes de relações sociais na cidade, aumentava muito o seu prestígio social (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 104).

A “Aristocracia do Sebo” e a sua engenharia de matrimônios

O gosto pela novidade vinda do exterior e pela cultura europeia entre os pelotenses também foi motivado pela migração de estrangeiros que marcou a segunda metade do oitocentos (VARGAS, 2013). Segundo Marcos dos Anjos, a alta presença de estrangeiros em todos os setores da população pelotense, na área educacional, nos meios artísticos e profissionais diversos, influenciou a transformação dos valores vigentes e as próprias concepções de vida da elite local (ANJOS, 1996, p. 61). Conforme César e Cerqueira, para alguns setores da elite local esta europeização nada mais era do que uma forma de superar o estereótipo rural, de rusticidade e escravismo que poderiam ser expostos diante do olhar estrangeiro (CÉSAR; CERQUEIRA, 1994). De acordo com Magalhães, a civilidade e a urbanidade também contribuíram para que a elite local de Pelotas respirasse certo culto exagerado às letras. E a este mesmo culto “pode-se creditar uma das fortes manifestações do bairrismo pelotense” (MAGALHÃES, 1993, p. 263). Eles se viam diferentes dos demais habitantes do interior da província criando uma tradição de superioridade de suas elites em comparação com a de outros municípios. Tal comportamento provocou reações adversas como a do viajante W. Haernisch que declarou o seguinte sobre Pelotas e sua elite: “a aristocracia que nela se fundou foi exclusivista. Ser pelotense vale para o mesmo pelotense como uma especialidade; sua terra, ou melhor, sua cidade, é o centro de todo o seu ser” (HAERNISCH, 1952, p. 85).

Diante deste exclusivismo, o mercado matrimonial visado pelas poucas famílias charqueadoras ricas tornava-se cada vez mais exigente. As alianças endogâmicas no interior da elite rio-grandense já não eram mais suficientes, pois as mesmas famílias passaram a

buscar casamentos com elites de outras províncias e até mesmo genros do estrangeiro, denotando que Pelotas estava ficando pequena para as suas pretensões. Na primeira metade do oitocentos, o casamento do comerciante inglês Robert Barker com uma filha do charqueador Gonçalves Chaves já anunciava esta tendência. Entre os Simões Lopes, por exemplo, o comendador João S. Lopes casou o seu filho Ildefonso com a filha de Joaquim de Castro Souza Medronho, coronel no município cafeicultor de Bananal (SP). A filha de Ildefonso casou-se com o filho dos Viscondes da Penha. Na mesma família, um dos filhos do Visconde da Graça casou-se com a filha de Juan Saez de La Mazza, nobre capitalista espanhol pertencente à família do Conde de La Mazza. Os Antunes Maciel tiveram uma das mulheres da família casada com o comerciante inglês João Diogo Hartley e outra com o político cearense José Júlio Alburque Barros, o Barão de Sobral.³² Entre os Silva Tavares, o Dr. Francisco contraiu matrimônio com a filha de uma família paulista. A neta do Barão de Jarau, filha do Dr. Joaquim Assumpção, por sua vez, casou-se com a D. Haydée Bordagorri. O Barão de Corrientes teve dois genros de famílias espanholas, o proprietário Ramon Trapaga e o capitão Guilherme Echenique, além de de uma filha que foi morar com o marido no Rio de Janeiro (CARVALHO, 1997, p. 68, 79, 133).³³ Portanto, a diversificada engenharia de matrimônios foi somente mais um traço desta elite da elite.

No entanto, engana-se quem vislumbra tais famílias como núcleos isolados em suas propriedades, competindo por poder e riqueza umas contra as outras. Quando se observa mais de perto os 12 charqueadores mais ricos de Pelotas, é possível perceber um alto grau de parentesco no interior do grupo. Os Chaves e os Barcellos eram aparentados, Simões Lopes era pai do Visconde da Graça e sogro do Barão de Jarau, Tavares e Maciel eram primos, o Barão de Corrientes era filho de José Inácio da Cunha e Butuí era genro do Comendador Castro. Apenas Antônio José da Silva Maia não apresentou parentesco consanguíneo ou por afinidade com os demais, mas não excluiu a possibilidade dele ser compadre de algum

³² No século XX, os Antunes Maciel projetaram-se para o Rio de Janeiro, onde o filho do Dr. Francisco Antunes Maciel tornou-se presidente do Banco do Brasil e uma de suas filhas casou-se com o Senador Valdomiro Magalhães e a outra com o Deputado Federal Moreira Brandão (CARVALHO, 1937, p. 43).

³³ Possuir genros europeus podia favorecer um maior acesso às comunidades estrangeiras que residiam na cidade, possibilitando alianças e favores. Não se deve esquecer que o alto comércio pelotense e rio-grandino estava repleto de estrangeiros que tinham acesso a artigos de luxo, ao sal de melhor qualidade, aos mercados dos couros, além de preciosas informações do mundo dos negócios. Além disso, numa sociedade onde a cultura europeia era tida como superior e oferecia certo prestígio social aos que dela compartilhassem com distinção, transitar por estes círculos, receber homenagens em clubes e associações e ocupar lugares de honra entre os mesmos, seja em espetáculos teatrais de companhias estrangeiras, seja em festejos cívicos, podia render um *status* considerável naquela pequena cidade.

charqueador do grupo, visto que os mesmos possuíam a prática de convidar uns aos outros para batizarem seus filhos (VARGAS, 2013).

Portanto, os títulos de nobreza e os casamentos entre seus filhos e filhas davam um toque a mais para este grupo de elite e a suposta “pretensão aristocrática” – termo que Sheila Faria utilizou para tratar do estilo de vida dos Barões do café no sudeste – dizia respeito a elas e outros grupos da elite local (FARIA, 2002,p.78-79).³⁴ Constituindo-se numa minoria de famílias que concentrava riqueza, status e poder, e ostentando um estilo de vida luxuoso nas ruas da urbe pelotense, a elite charqueadora tornou-se conhecida e reconhecida por outras elites do Império. Na província, tanto os estancieiros da região da campanha, quanto os comerciantes portuários de Rio Grande, estabeleceram diferentes tipos de relações com a mesma. Às vezes harmoniosas e com interesses econômicos, as mesmas não excluíaam os conflitos. E foi por conta de desavenças relacionadas ao mundo mercantil que os comerciantes rio-grandinos apelidaram os ricos charqueadores de “*aristocracia do sebo*” – apelido pejorativo e que fazia menção às pretensões aristocráticas dessa elite. Um dos motivadores desta competição deu-se por conta da instalação da Alfândega de Pelotas, na década de 1870, o que não agradou o alto comércio rio-grandino, além das opiniões distintas a respeito do ponto de partida da estrada de ferro que ligaria o litoral sul à Bagé (MAGALHÃES, 1993, p. 124; 162).

Considerações finais

Quando se fala em “charqueadores” deve-se ter em mente que os mesmos não formavam um grupo social e economicamente homogêneo. A mesma hierarquia e desigualdade que caracterizou a sociedade brasileira oitocentista também estavam presentes no interior de suas elites. Neste caso, um grupo de famílias concentrava grande parte da riqueza colocando-se num patamar superior. Tal posição também as assegurava uma maior entrada no mundo da alta política, um melhor acesso à educação superior e aos títulos de nobreza, o que lhes possibilitava um estilo de vida diferenciado. O retorno podia vir de inúmeras formas, sendo que bons casamentos, redes de relações e alianças com outras famílias de igual ou maior prestígio social acabavam se destacando. Tal fenômeno ajudava a assegurar (mas não garantia) a reprodução social de tal posição aos herdeiros, apresentando-se como uma das peças fundamentais de todo o sistema social. Estudar as estratégias das

³⁴ Ver também SCHNOOR (1995, p. 31-62).

famílias de elite na América Latina ainda permanece como algo importante para compreendermos parte das estruturas sociais, políticas e econômicas que teimam em obstruir certos avanços sociais e democráticos nos dias atuais.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *História da vida privada e ordem privada no Império*. In: ALENCASTRO, L. F. (ed.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, v. 2, 1997, p. 45.

ANJOS, Marcos H. dos. **Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX**. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 1996.

ARAÚJO, Maria L. Viveiros. *Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista*. **Anais do Museu Paulista**, n. 12, jan./dez. 2004, p. 129-160.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário Sul-rio-grandense**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1937.

CERQUEIRA, Fábio; CÉSAR, Temístocles. *Os periódicos do final do século XIX e do início do século XX e o cotidiano de Pelotas*. In: **História em Revista**, UFPel, n. 1, 1994.

COMISSOLI, Adriano. **A serviço de sua maestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (c.1808 - c.1831)**. Tese de Doutorado em História. PPGHIS-UFRJ, 2011.

D'EU, Conde. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: USP, 1981.

FARIA, Sheila de Castro. *Barões do café*. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário de Brasil Império**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 78-79.

FARIA, Sheila de Castro. *Sobrado*. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário de Brasil Império**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX in: Revista Justiça & História*. Porto Alegre: CEMJUG, 2001, pp. 107-129; CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário Sul-riograndense**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HARNISCH, Wolfhang. **O Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1952.

HOLLER, Marcos T.; SANTOLIN, Roberta F. *O piano em Desterro no século XIX*. In: **D.A. Pesquisa**. Florianópolis: UDESC, v. 3, 2009, p. 1-8.

ISABELLE, Arsene. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado, 2006.

LIEVEN, Dominic. **The aristocracy in Europe, 1815-1914**. London: Macmillan, 1992; SCOTT, Hamish. **The European Nobilities in the seventeenth and eighteenth centuries**. London: Palgrave Macmillan, 2007.

LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mário O. **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: UFPel, 2010.

LUKOWSKI, Jerzy. **The european nobility in the Eighteenth Century**. London: Palgrave Macmillan, 2003;

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: UFPel, 1993.

MARTINS, Maria Fernanda V. **“A velha arte de governar”**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O fim das Casas-grandes*. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. **História da Vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, v. II, 1997.

MONTEIRO, Nuno G. **O crepúsculo dos Grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

MÜLLER, Dalila. **“Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”**: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). Tese de Doutorado em História, Unisinos, 2010, p. 66.

NOGUEIRA, Isabel; SOUSA, Márcio. *Saraus*. In: LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mário O. **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: UFPel, 2010.

OLIVEIRA, Albino José B. **Memórias de um magistrado do Império**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943.

OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**. Pelotas: Armazém Literário, v. 2, 1997, p. 123.

PINHO, Wanderley. **Salões e Damas do Segundo Reinado**. São Paulo: Livraria Martins, 1959.

PRADO, Fabrício. **In the shadows of empires: trans-imperial networks and colonial identity in Bourbon Río de la Plata**. Diss. (Ph.D.) - Emory University, 2009.

ROCHA, Candida Madruga da. **Um século de música erudita em Pelotas (alguns aspectos: 1827-1927)**. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 1979.

SCHNOOR, Eduardo. *Das casas de morada às casas de vivenda*. In: CASTRO, Hebe; SCHNOOR, Eduardo (Org.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 31-62.

SOUZA, Mariza; BOHNS, Neiva. *Pinturas de retratos de Frederico Trebbi: um patrimônio cultural em risco*. In: **Seminário de História da Arte – Centro de Artes**. Pelotas: UFPel, v. 1, n. 1, 2011.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)**. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 2007.

VARGAS, Jonas M. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: UFSM/Anpuh-RS, 2010).

VARGAS, Jonas M. **“Pelos margens do Atlântico”**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013.

Artigo recebido: 4 de julho de 2016

Artículo aprobado: agosto de 2016

Publicado: Diciembre de 2016